



RESOLUÇÃO

PARECE MENTIRA, MAS É VERDADE!

Hoje dia 1 de Abril - dia das mentiras -estamos reunidos nesta acção de denuncia e protesto porque, parece que é mentira mas é verdade, existem autarquias que se julgam à margem da lei e não a cumprem.

Vejamos o que se passa com o SPI:

É UMA VERDADE INDESMENTÍVEL que há mais de 30 anos que o STAL reivindica com firmeza e persistência pela regulamentação do suplemento de insalubridade penosidade e risco, luta que vamos continuar;

Foi também por iniciativa do STAL que foi apresentada na Assembleia da República, em Março de 2019, uma petição com mais de 15 mil assinaturas que obrigou o Parlamento a discutir a matéria.

É VERDADE que só pela persistência e luta do STAL que o Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), foi incluído no OE de 2021, passando a estar regulamentado através do DL 93/2021, de 9 de Novembro. O suplemento é um direito dos trabalhadores!

É TAMBÉM VERDADE que apesar de a lei assim o obrigar, não só está a ser sonogado num largo conjunto de autarquias, como está a ser atribuído de forma restritiva em muitas delas, penalizando muitos trabalhadores.

PARECE MENTIRA, MAS É VERDADE, HÁ UM CONJUNTO LARGO DE AUTARQUIAS QUE NÃO CUMPRE A LEI, O QUE NÃO É ACEITÁVEL !

EXEMPLOS:

Municípios de Ribeira Grande, Celorico de Basto, Terras de Bouro, Mirando do Douro, Vila Flor, Penamacor, Poiares, Penacova, Vila Nova de Foz Côa, Mêda, Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Alcanena, Murça, Ribeira de Pena, Arouca, Águeda, Aveiro, Ílhavo, Murtosa, Vagos, Albergaria-a-Velha, São João da Madeira e Vale de Cambra.

UF: Seia, S. Romão e Lapa dos Dinheiros, Alenquer (Santo Estêvão e Triana)

Mas camaradas, é também verdade que municípios que começaram por afirmar – NÃO PAGO! e que a unidade e luta dos trabalhadores os obrigou a mudar de posição: CM Santarém, Penedono, Viseu, Castro Daire, Cinfães, Tomar, Coimbra, Almada, Valongo, Beja e EMAP, no Porto

PARECE MENTIRA, MAS É VERDADE E É INACEITÁVEL o incumprimento da lei por parte das autarquias!

Aliás, é Inaceitável, como bem denuncia um parágrafo do artigo do jornal do STAL intitulado “O SPI E O PARADOXO DA AVESTRUZ”:

(...) tais autarquias colocam-se perante o “paradoxo da avestruz”, na medida em que, quando têm dúvidas sobre a aplicação de determinada regra ou regime jurídico, e maltratando a autonomia do Poder Local que corporizam, correm solícitos para um “serviço” do Poder Central, a que não pertencem (as CCDR’s), para lhes pedir pareceres para tudo e mais “um par de botas”, nisso fazendo-se de cegos, porque terão a cabeça enterrada na areia. Mas já quando a lei os obriga ao pagamento do SPI, de tão clara e imediata que a lei é, enterram a cabeça na areia para se fazerem de cegos e não cumprirem a lei.

É TAMBÉM VERDADE QUE O SIADAP

É um sistema de avaliação extremamente penalizador e repressivo que cria desigualdades salariais e profissionais, viola direitos e liberdades consignados na Lei e promove políticas persecutórias que podem ir até ao despedimento dos trabalhadores;

Não contribui em nada para a melhoria dos serviços prestados às populações, nem para a tão propalada “capacitação” dos trabalhadores.

Mas é também verdade (infeliz) que dele depende o direito à progressão e alteração de posicionamento na TRU, o que significa mais dinheiro ao fim do mês para fazer face ao brutal aumento do custo de vida;

É igualmente verdade que a recente alteração do SIADAP não passa de uma operação de cosmética. Não há maquilhagem que esconda tanta injustiça! O SIADAP é responsável pela estagnação salarial de mais de 75% dos trabalhadores.

Por isso, até à sua revogação pela qual lutamos, tem de ser cumprido!

Parece mentira, mas é verdade, que muitas autarquias não cumprem com a aplicação do SIADAP, ou o façam de forma muito enviesada

Parece mentira, mas é verdade que ainda tenhamos Municípios que desde o biénio de 2019/2020, não tenham avaliado os seus trabalhadores: Avis, ou a CM Gavião que não conhecem as avaliações;

Ou que avaliam, mas não dão conhecimento da avaliação: Sousel;

Que muitos municípios não cumprem com a simples obrigação de reunir em entrevista com os trabalhadores para dar a conhecer a nota, ou contratualizar os objectivos/competências para o biénio seguinte; Horta,

Que não entreguem as fichas de auto-avaliação: Fronteira

Que não cumprem os prazos e obrigam os trabalhadores a assinar com data atrasada;

Que se negam a dar cópias da ficha aos trabalhadores: Azambuja,

Que não sejam contratualizados os objectivos, nas datas previstas, para o biénio seguinte: Évora, Azambuja, Junta de Freguesia dos Olivais, Condeixa-a-Nova, Viana do Alentejo, Coimbra, Elvas, Gavião, Avis, Campo Maior, Nisa

Que não entregam aos avaliados as fichas de avaliação devidamente homologadas com a informação de que o acto homologatório pode ser objecto de reclamação: Évora, Montemor-o-Novo.

Ou mais grave ainda, autarquias em que os trabalhadores têm a pontuação necessária, mas ainda esperam a progressão, devida desde 1 de Janeiro passado: Évora, Mértola, Viana do Alentejo, Mourão, Mora, Arganil, Coimbra, Tábua, Borba, Vila Viçosa, Portalegre, Gavião.

Perante este “rol” de incumprimentos cujo efeito mais perverso é o de impedir a progressão e limitar o rendimento disponível ao fim do mês, bem como a desvalorização dos trabalhadores, O STAL REUNIDO EM CONCENTRAÇÃO JUNTO DA SEDE DA ANMP, EXIGE:

1 - Que o SPI seja aplicado em todas as entidades autárquicas (CM, SM e JF) e com retroactivos a 1 de Janeiro de 2021, “como manda a lei”;

2- Que o façam, e o quanto antes, pois as suas “interpretações” particulares não só são ilegais, como têm implicações gravosas na vida dos trabalhadores;

3 - Que a ANMP intente, junto das autarquias, para a necessidade imprescindível do cumprimento desta legislação;

4 – Que até à REVOGAÇÃO DO SIADAP e a sua substituição por um regime de avaliação que promova a formação, seja equitativo, justo, livre de quotas, e que garanta o desenvolvimento profissional de todos os trabalhadores - as autarquias cumpram com a aplicação do actual sistema, e o façam com o maior sentido de justiça possível!

Coimbra, 1 de Abril de 2024